



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0006578-08.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **JOSÉ CARUSO**  
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**  
**Prioridade Idoso**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 330, I do CPC, vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A Lei nº 12.212/2010 dispõe sobre a **tarifa social de energia elétrica**, benefício que o autor postula seja-lhe concedido por intermédio da presente ação.

O art. 2º da lei prevê:

Art. 2º A **Tarifa Social de Energia Elétrica**, a que se refere o art. 1º, **será aplicada para as unidades consumidoras** classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, **desde que atendam a pelo menos uma das seguintes condições:**

I - seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, **com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional**; ou

II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

§ 2º A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

§ 3º Será disponibilizado ao responsável pela unidade familiar o respectivo Número de Identificação Social - NIS, acompanhado da relação dos NIS dos demais familiares.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

§ 4º As famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico que atendam ao disposto nos incisos I ou II deste artigo terão direito a desconto de 100% (cem por cento) até o limite de consumo de 50 (cinquenta) kWh/mês, a ser custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, criada pelo art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, conforme regulamento.

§ 5º (VETADO)

Trata-se de benefício exaustivamente regulamentado pela lei.

Os requisitos para a sua concessão foram objetivamente previstos.

A ré recusou o cadastramento do autor sob o fundamento de que "a faixa de renda familiar per capita está acima do permitido, 1/2 salário mínimo", como vemos às fls. 15 – **documento trazido pelo próprio autor**.

A recusa, portanto, está amparada no art. 2º, inciso I, acima transcrito.

O autor, na inicial, sequer impugna tal fato – embora soubesse ser este o fundamento adotado pela ré. Não diz que a renda familiar mensal per capita seja menor ou igual a meio salário mínimo. Nessa linha de pensamento, trata-se de fato incontroverso que o autor não preenche o requisito.

Ao Poder Judiciário é vedado substituir-se ao legislador, pena de ferir o princípio da legalidade e, conseqüentemente, invadir esfera de competência atribuída constitucionalmente ao Poder Legislativo. Não pode o juiz fazer política pública.

Assim, **julgo improcedente** a ação, revogada a liminar.

Sem condenação do autor nas verbas sucumbenciais, no JEC.

P.R..I.

São Carlos, 14 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**